

Actas del
IX Congreso Internacional
de la Asociación Hispánica
de Literatura Medieval

(A Coruña, 18-22 de septiembre de 2001)

III

Actas del IX Congreso Internacional de la Asociación Hispánica
de Literatura Medieval, 2005.

© Carmen Parrilla
© Mercedes Pampín
© Toxosoutos, S.L.

Primera edición, septiembre 2005

© Toxosoutos, S.L.
Chan de Maroñas, 2
Obre - 15217 Noia (A Coruña)
Tfno.: 981 823855
Fax.: 981 821690
Correo electrónico: editorial@toxosoutos.com
Local en la red: www.toxosoutos.com

I.S.B.N. obra conjunta: 84-96259-72-2
I.S.B.N. volumen: 84-96259-75-7
Depósito legal: C-2072-2005

Impreso por Gráficas Sementeira, S.A. - Noia
Reservados todos los derechos

Ulixbona ab idis seu Ulisse condita

Aires A. Nascimento

Universidad de Lisboa

1. É bem conhecida (pela divulgação dada nos textos renascentistas portugueses, nomeadamente por parte de André de Resende) a associação feita entre o nome latino da cidade de Lisboa e o herói grego Ulisses. Na base há o texto da *Geografia* de Estrabão, transformado pela tradição e adaptado a conveniências de enobrecimento da cidade mais a ocidente. O trânsito é oferecido pela existência de duas cidades com nomes que cabem na correspondência entre o nome grego e o nome latino do epónimo procurado. Mas isso também só é possível pela existência de uma tradição que se prolonga pelo tempo e se entretetece de associações. Não é tanto o percurso que é feito pela via mais conhecida que aqui nos interessa,¹ embora aos elementos comumente aduzidos possamos acrescentar outros. A nossa intenção é sobretudo apontar uma variante não atendida e a que tivemos de prestar atenção quando do tratamento de um manuscrito do *Passionarium Hispanicum* que recentemente tivemos oportunidade de identificar no Fundo do Mosteiro do Lorvão, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, e que julgamos poder situar por volta de 1140, data bastante alta no panorama de leituras medievais para merecer o nosso interesse.²

¹ Para um alargamento do tema, cfr. Raul M. Rosado Fernandes, “Ulisses em Lisboa”, *Euphrosyne*, 13 (1985), pp. 139-161.

² A sua descrição apareceu já em colectânea de estudos que o Departamento de Latim e Grego da Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago de Compostela preparou em homenagem ao Prof. D. Manuel C. Díaz y Díaz. Por razões que ali desenvolvo, considero que o manuscrito pode ser datado de c. 1140. Constitui o único testemunho do *Passionarium Hispanicum* existente em Portugal e vem alargar a tradição até agora registada que é de oito manuscritos; cfr. *Pasionario Hispánico*, ed. de Pilar Riesco Chueca, Sevilla, 1995. As variantes que apresenta são naturalmente de interesse para o estudo dos cultos hagiográficos do território português, que, ao tempo sofria influências de além Pireneus.

2. Quanto ao tratamento feito por Estrabão, há apenas que recordar quanto autores consagrados têm acentuado.³

Citando autores que o precederam (Posidónio, Artemidoro e Asclepiades de Milreia), regista o geógrafo grego a existência no Ocidente de duas cidades de nome similar, *Odisseia* e *Olysipón*.⁴ A primeira situava-se numa região montanhosa da Turdetânia (algures, na região da Serra Nevada, na província de Granada), e nela havia um templo dedicado a Atena, onde, de acordo com testemunhos referidos pelos antigos, estavam expostos os escudos e esporões dos navios que Ulisses trouxera até ali. Homero teria cruzado elementos do mito de Hércules com informações fenícias e teria assim garantido à sua segunda epopeia a mesma base histórica que tinha a *Iliada*. Explicava o geógrafo: “a expedição de Ulisses realizada até à Ibéria, juntamente com a passagem por aí de Hércules e dos Fenícios deram-lhe [a Homero] a base histórica para construir a *Odisseia* como tinha construído a *Iliada*, convertendo o histórico em mito, como é próprio dos poetas”.⁵ Da permanência da cidade de *Odisseia* na memória hispânica nada sabemos.

Quanto a *Olysipón*, situada na embocadura do rio Tejo, não constitui Estrabão qualquer associação com o herói grego. Efectivamente, apenas aí coloca uma actuação particular de Décimo Júnio Bruto em 137 a. C.⁶ Facto, porém, é que o próprio geógrafo grego admitia que Ulisses se tinha aventurado para além das Colunas de Hércules.⁷ Ora, com este alargamento de

³ Apesar da data, continua a ser base de referência, pela riqueza de notas que junta à tradução do texto grego, a obra de Antonio García y Bellido, *España y los españoles hace dos mil años según la Geografía de Strabón*, Buenos Aires, 1945.

⁴ Respeito aqui as formas e a respectiva acentuação utilizadas por A. García y Bellido, *op. cit.*

⁵ *Geografía*, 3, 2, 13.

⁶ *Geografía*, 3, 3, 1: “Fortificou Olysipón na encosta do rio [Tejo], com o fim de ter passagem livre e transportar os aprovisionamentos necessários”.

⁷ *Geografía*, 3, 4, 4: “Não é de admirar que o poeta [Homero] descrevesse as viagens de Odysseus de uma maneira fabulosa, admitindo que a maior parte das suas façanhas tinham sido levadas a cabo para além das Colunas, no Atlantikón Pélagos. E não forja um conto de fantasia, pois os lugares e demais circunstâncias por ele referidas em pouco diferem dos historiadores”.

horizontes geográficos, e com o pressuposto de que a passagem de um herói implicava a constituição de um testemunho deixado na fundação de cidade, a existência de *Olysiþón* no extremo ocidental e a semelhança do nome *Ulisses*, correspondente latino do nome grego, fornecia pretexto para uma associação, tanto mais plausível quanto se apagara da memória a primeira cidade que lhe podia estar associada.

A alteração aparece em Plínio, o Velho,⁸ é retomada por Solino⁹ e repetida por Marciano Capela;¹⁰ considerada tal alteração como dado adquirido, Isidoro não tem dúvidas em retomar a doutrina estabelecida pelas fontes.¹¹

A versão será glosada em autores de vários tempos, embora provoque, aqui e além, hesitações quanto ao crédito a ser-lhe prestado. Nada sabemos do que se terá passado durante a ocupação árabe. Porém, dos cruzados que tomam parte na conquista de Lisboa, em 1147, um há, de origem inglesa (possivelmente a identificar com Raul de Glanville),¹² que transforma o verbo utilizado por Marciano Capela e diz: *ab Ulixē oppidum Ulixbona conditum creditur*. A diferença entre *fērunt*, de Capela, e *creditur*, do cruzado, parece reduzir o horizonte de fiabilidade, mas pode ser interpretado como derivada de uma opinião recebida localmente, sem excluir, no entanto, doutrina generalizada. De anotar, no entanto, é que um outro cruzado, de origem teutónica, Arnulfo, também ele integrado na conquista da mesma cidade de Lisboa aos mouros, endossa a atribuição de origem odisseica a fontes sarracenas.¹³

⁸ Plínio, *Historia naturalis*, 4, 113.

⁹ Solino, *Collectanea rerum memorabilium*, 23, 5.

¹⁰ Marciano Capela, 5, 628-630, dirá: *oppidum ab Ulixē conditum ferunt*.

¹¹ Isidoro, *Etymologiae*, 15, 1, 70: *Olisiþona ab Ulixē est condita et nuncupata*.

¹² A sua identificação tem constituído problema; segundo as últimas conjecturas, tratar-se-á de Raul, ligado a Hervey de Glanville, talvez mesmo seu capelão. Cfr. *A Conquista de Lisboa aos mouros. Relato de um Cruzado*, ed. de Aires A. Nascimento, Lisboa, 2001, pp. 153-154, n. 3.

¹³ Na *Epistola Arnulfi ad Milonem episcopum Morinensem*, lê-se efectivamente: *Quae civitas, sicut tradunt historiae Sarracenorum, ab Ulixē post excidium Troiae condita*.

Admitamos que a situação em que os dois cronistas da tomada de Lisboa se encontravam não lhes fornecia possibilidade para recorrerem a fontes que lhes confirmassem a versão e por isso tenha prevalecido uma expressão menos comprometedora, mas que representava a opinião encontrada no local de chegada; não sendo Lisboa, aparentemente pelo menos, o destino inicial da acção militar em que se encontram envolvidos, os cruzados não traziam na bagagem informações activas sobre a cidade a que puseram cerco e aceitavam o que era voz corrente.

O nome de Ulisses constituía certamente motivo de prestígio para os habitantes da cidade e por isso faziam constar a antiguidade da sua tradição. O prolongamento está patente noutras fontes mais ou menos contemporâneas. É o que podemos deduzir da *Vita prima beati Antonii*, escrita logo após a morte do santo, em 1232: ao indicar o lugar de origem de António, o autor anónimo não tem dúvidas em acentuar que se trata de cidade que *ab incolis nuncupatur Ulixbona, eo quod, sicut vulgo dicitur, ab Ulixee bene sit condita*. Notamos como neste texto se procura explicar a etimologia por dois elementos fundidos na mesma palavra (*Ulixes* e *bene*); algo de similar encontraremos em Afonso X. Retenhamos aqui que, se esta era a lição original, ao responsável pelo manuscrito português de Alcobaça não pareceu isso suficiente; efectivamente, repõe a referência da tradição e acrescenta de imediato: *Et Ysidorus in libro Ethimologiarum de eadem civitate dixit: Olisipona, quasi ab Ulixee posita; et secundum quod historiographi dicunt, ibi celum et mare distinguuntur a terris*. Assim, o *scriptorium* alcobacense recupera para a sua terra os créditos de nobilitação, mantendo as referências eruditas.

A exploração etimológica alarga-se na *Crónica Geral de Hespanha de 1344*, mas sob forma nova. Em jogo etimológico, o nome da cidade é decomposto em dois elementos, agora ainda mais próximos do nome latino: deixa o primeiro elemento de reportar-se ao herói grego para passar a ser o de um neto que tem o mesmo nome que o avô e representando o segundo elemento o nome da sua filha *Bona*. Segundo o texto: “E dizem

algũs que este logar foi pobrado depois que Troia foi destroyda a segunda vez e que a começou de probar huũ neto de Ulixes que avya esse mesmo nome Ulixes como o avoo; e que este mo-
 rreo ante que fosse acabada de probar e que mandou a hũa sua
 filha que havia nome Boa que a acabasse e que ella a acabou e
 que, depois que foy acabada, que ajuntou hũa parte do nome de
 seu padre ao seu e poslhe nome Lixboa”.¹⁴

Uma outra variante aparece no texto castelhano da *General Estoria*. Explora sobretudo a carta de Penélope a Ulisses para tecer uma narrativa em que o herói, após o cativeiro onde o reti-
 vera Circe, arrastado por ventos contrários ao seu desígnio de
 regressar a Ítaca, ruma ao ocidente atlântico e desembarca numa
 enseada onde funda a cidade: do seu nome próprio e do que
 qualificativo “bona” (em recordação do lugar que era melhor que
 todos os outros que havia encontrado) teria constituído o topó-
 nimo.¹⁵ Não sabemos de onde Afonso X tomou estes dados,
 ainda que, como notou Mário Martins, se apresse a dizer que
 quem deseje saber mais da fundação de Lisboa leia a Papias. Na
 versão publicada do *Vocabularium*, o registo é muito simples:
 “Olisbona ciuitas ab Ulyxe condita”.¹⁶ Não encontrámos dife-
 renças dessa versão nos manuscritos ao nosso alcance.¹⁷ O registo
 não tem cabimento no *Catholicon* de Balbo e o tema não inte-
 ressou outros cronistas hispânicos.

Não parece que o dado fosse elemento activo no início do
 século XV, pois ele não figura entre os predicados de Lisboa que

¹⁴ *Crónica Geral de Espanha de 1344*, II, ed. de L. F. Lindley Cintra, Lisboa, 1954, cap. VII, p. 2.

¹⁵ Este aspecto é sublinhado por Mário Martins, “Ovídio na nossa Idade Média”, in *Estudos de Cultura Medieval*, III, Lisboa, 1983, pp. 85-94. O passo transcrito é do seguinte teor: “E por que le semejo aquel lugar mejor que los que fasta ally avia fallados, tomó deste su nombre Ulixes y este outro bona y ayuntolos y fiso dende uno y pusole a aquella çibdad que fasie y llamola Ulixbona”. As fontes de Afonso X estarão em obras como as de Vergílio, Ovídio, Justino, Rodrigo de Toledo.

¹⁶ *Papias Vocabulista*, impressum Venetiis, 1496 = rep. anast., Torino, 1966.

¹⁷ No Fundo de Santa Cruz de Coimbra, hoje na Bib. Publ. Mun. do Porto, o volume correspondente ao lema respectivo desapareceu; no Fundo Alcobacense, hoje na Bib. Nac. de Lisboa, Alc. 425, o conteúdo do lema não tem qualquer elemento a mais que o da versão impressa.

um arauto português ao redigir, em 1416, o seu *De ministerio armorum*¹⁸ lhe aplica; embora trace da cidade um rasgado elogio (“insignior omnibus aliis de regno et quedam ex nobilioribus quatuor Hyspanie”), efectivamente, não explica a etimologia (elemento que explora sempre que possível)¹⁹ nem retém qualquer elemento sobre as suas origens.

Se não parece elemento activo no nosso arauto, nem por isso devia estar esquecido. Por alguma razão, efectivamente, Lourenço Vala, quando, em 1445-1446, ao serviço do rei de Aragão, redige a história de Fernando de Aragão (*Historiarum Ferdinandi regis Aragoniae libri tres*) aponta que em Portugal (*in Portugalia*) se usa uma forma do nome de Lisboa a pretexto de uma base etimológica sobre o nome de Ulisses. Escrevia o humanista italiano: “Em Portugal, o nome de *Olisipona* é mal escrito, pois fazem como se fosse *Ulyxbona* e derivasse de *Ulysse*, não se dando conta de que o nome de Ulisses já pertence a alteração latina”. Não estamos de posse dos motivos que tenham despertado o interesse do humanista italiano por semelhante tema e tenham suscitado o seu juízo crítico; reage ele perante a incongruência de fundamentar a etimologia sobre a forma do nome que sendo latina já não é primitiva, quando a relação pretendida, para ser pertinente, deveria reportar-se justamente à primitiva forma grega –*Odysseus*–. Por outra parte, Vala sustenta que a referência grega poderia ver-se num hipotético, se bem que infundado, elemento final da palavra, ou seja, em *-hippoi* (em que mito e realidade se cruzavam –“Aliás, se é legítimo procurar a origem grega da palavra, há que buscá-la em cavalos”– acrescenta Vala).²⁰

¹⁸ Aires A. Nascimento, *Livro de Arautos / De ministerio armorum*, Lisboa, 1977, p. 249. Trata-se de um autêntico manual de diplomática para auxiliar na representação do seu país no concílio de Constança; nele tem lugar o elogio sistemático e intencional das glórias e qualidades dos lugares mais importantes da Europa do tempo. Seja-nos permitido remeter para o que escrevemos em “Prazer de viajar, arte de descobrir e de comunicar”, in *Per via. Miscellanea di studi in onore di Giuseppe Tavani*, Roma, 1997, pp. 195-204.

¹⁹ Fizera-o imediatamente para o nome de Estremadura: “Stremadura sic electa vocata est eo quod melior diuicior et potencior omnibus aliis de regno partibus extitit”.

²⁰ Trata-se de admitir o conhecido mito das águas fecundadas pelo vento favónio do promontório olisiponense (Plínio, *Historia naturalis*, 8, 166); cfr. R. M. Rosado Fernandes,

Negando que a forma latina de *Ulisses* sirva para fundamentar o nome, contesta também que o herói alguma vez tivesse navegado tão longe (“praeterea Ulyssem illuc non nauigasse”).²¹

Por certo, não era gratuita esta reacção e deveria pertencer a um diálogo (real ou imaginário) com eruditos do tempo. A resposta conhecida pertence já ao século XVI, um século após a redacção de Vala, pela pena de André de Resende. Passa essa resposta, por um lado, pela revisão da grafia do nome (apenas um *s* e só um *p*, segundo os testemunhos epigráficos)²² e pela reivindicação de que a *Ulysseia* de Estrabão corresponde à *Olisipo* de Solino, conhecida com este mesmo nome por Varrão e Ptolemeu; por outro lado, deixando pairar a hipótese de um nome anterior ter sido alterado pelo próprio Ulisses,²³ ainda que sem reforçar a nota de que a antiguidade daí adveniente seria crédito honorífico e que a refundação acrescentaria novo título, intenta André de Resende a defesa formal do epónimo. O humanista português responde à letra quanto aos elementos formais; para isso retira dos monumentos epigráficos argumentos para negar a geminada *pp*, dissimulando que assim se invalida a associação admitida por Vala;²⁴ confiado sobretudo na correspondência

“O vento, as éguas de Lisboa e os humanistas do Ocidente peninsular”, in *Primera Reunión Gallega de Estudios Clásicos*, Santiago de Compostela, 1981, pp. 375 e ss.

²¹ Lourenço Vala, *Historiarum Ferdinandí, regis Aragoniae libri tres*, Paris, 1521, f. 9: “In Portugalia Olisippona, quod nomen ab iis corrumpitur qui uelut ab Ulysse Ulixbonam dicunt, nescientes Ulyssis illius uiri nomen, sed sic a Latinis esse corruptum, praeterea Ulyssem illuc non nauigasse. Postremo hanc uocem, se graecam originem sectari libet, ab equis dictam. [...] Opinor Homerum secutos qui iugales Achillis equos ad Oceanum Zephyro patre genitos tradit”.

²² Assim efectivamente aparece nas fontes epigráficas; cfr. Amílcar Ribeiro Guerra, *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular*, Diss. Doutoramento, Universidade de Lisboa, 1998, pp. 567-568.

²³ A origem do nome parece efectivamente de outra origem: cfr. Antonio Tovar, *Iberische Landeskunde*, II, Baden-Baden, 1976, pp. 266-268; Jürgen Untermann, “Zum Nachweis von Substratsprachen auf der Iberischen Halbinsel”, *Madrider Mitteilungen*, 41 (2000), pp. 139-147. As opiniões dividem-se quanto ao que possa concluir-se da desinência *-ipo* (documentada também no topónimo *Collipo*), admitindo uns origem fenícia, limitando-se outros a declarar falta de liquidez para uma decisão.

²⁴ André de Resende, *Oração de Sapiência (Oratio pro rostris)*, ed. de M. Pinto de Meneses e A. Moreira de Sá, Lisboa, 1956 (pronunciada a 1 de Outubro de 1534, no início do ano académico, em Lisboa).

entre *Olisipo* e *Ulysseia*, celebra a fundação de Lisboa pelo herói grego. Em texto poético e na explicação que lhe anexa, junta elementos dispersos e forja toda a lenda com traços fabulosos: o herói, em viagem pelo Oceano, impelido pelos ventos, que lhe alteram o rumo, interna-se pelo golfo do Tejo, descobre a fertilidade dos campos, sente-se reconfortado com o facto de se entender com os indígenas na própria língua (na base de que se tratava de descendentes de Luso, filho de Dioniso), a conselho de Palas Atenéia constrói uma pequena muralha e levanta um templo à deusa. Aqui teria ficado para sempre, comenta Resende, se, dez anos volvidos, o amor da esposa amada, do filho e do pai, o não fizesse regressar à pátria.²⁵ O mito saía assim das reminiscências da tradição para a efabulação²⁶ e é de tal modo aceite que homens como Damião de Góis²⁷ se vergam à autoridade de Resende. Camões recolherá o mito e dar-lhe-á voz épica.

3. Semelhante construção parece ter esquecido um outro dado existente na tradição. Pelo menos não é explorada para uma outra associação.

Efectivamente, a amenidade da região assinalada por Resende no local onde Ulisses funda a nova cidade não é traço inopinado nem gratuito. Na versão do geógrafo Estrabão, *Odysseia* situa-se na região que Proteu havia descrito a Menelau como sendo o “*Elysion Pedion*, nos confins da Terra, onde reina o ruivo Radamante, onde os humanos gozam uma vida feliz, livres da neve, do gelo e da chuva, e onde no seio do Oceano, se levanta a brisa suave e fagueira do Zéfiro”. Este passo da *Odisseia*, IV, 563, é comentado pelo geógrafo da seguinte maneira:

²⁵ Esta versão faz parte do poema de André de Resende, *Vincentius, leuita et martyr*, Lisboa, 1545, ff. Bvii^v-viiij^v; escrito para Martinho Ferreira, ao tempo em que, por 1532, o autor se encontrava ainda em Bruxelas, apenas mais tarde é dotado pelo mesmo autor de um aparato de notas para responder “ad studiosos adolescentes”. A edição fotográfica feita por José V. de Pina Martins, Braga, 1981, apresenta largo estudo introdutório.

²⁶ No *Vincentius*, Resende aponta em nota que o tema da celebridade de Olisipo requer um desenvolvimento maior (*op. cit.*, p. 48, n. 47); não o leva a cabo no *De Antiquitatibus Lusitaniae*; cfr. R. M. Rosado Fernandes (introd., trad., com. e fac-símile da ed. de 1593), *Antiguidades da Lusitânia*, Lisboa, 1996.

²⁷ Damião de Góis, *Vrbis Olisiponis descriptio*, Évora, 1554.

A pureza do ar e a suave influência do zéfiro são efectivamente características próprias da Ibéria depois de dada a volta completa para o lado do Ocidente; possui ali um clima verdadeiramente temperado e, além disso, está situada nos últimos confins da terra habitada, isto é, nos lugares extremos, onde o mito, como dissemos, colocou o Hades, pois a menção de Radamante nos versos citados implica a proximidade de Minos e, como é sabido, diz Homero: “Ali vi a Minos, o nobre filho de Zeus, que com o seu cetro de ouro na mão administrava a justiça aos mortos”.²⁸

Na zona ocidental da Ibéria, frente ao Atlântico, segundo o geógrafo, havia uma região de felicidade, de que as *Ilhas dos Bem-aventurados*, que lhe ficavam na vizinhança,²⁹ não seriam mais que um prolongamento.

Não importa aqui seguir o percurso do mito destas Ilhas Afortunadas –*Insulae Fortunae siue Fortunatorum*, na designação criada pelos latinos–.³⁰ A sua formação admite provavelmente o cruzamento de tradições diversas que Hesíodo terá recolhido de fontes derivadas do Egipto e das aventuras dos navegantes fenícios (não sendo provavelmente a designação grega outra coisa que a transposição do nome da divindade Melkart cujo culto se teria implantado já numa das ilhas atlânticas). Horácio (*Epod.* 16, 41-64) canta as *Insulae Beatae*, situadas no extremo ocidente, onde a paz seria a promessa cumprida pelos deuses em favor dos mortais. Os prolongamentos medievais são de diversa ordem, como se pode deduzir da *Navigatio Brendani*³¹ ou do mapa da dispersão apostólica incluído nos Beatos.³² A fixação do *Elisium*

²⁸ Estrabon, *Geografia*, 3, 2, 13.

²⁹ *Ib.*, 1, 1, 5.

³⁰ Antonio García y Bellido, “Las Islas de los Bienaventurados o Islas Afortunadas”, in *Veinticinco estampas de la España Antigua*, Madrid, 1967, pp. 47-57; Valerio Manfredi, *Le Isole Fortunate*, Roma, 1996.

³¹ Aires A. Nascimento, *A Navegação de S. Brandão nas fontes portuguesas medievais*, Lisboa, 1998.

³² Aires A. Nascimento, “Ilhas Afortunadas: um nome feito de sonhos”, in *As Ilhas e a Mitologia: Livro de comunicações de Colóquio*, Funchal, 1998, pp. 19-31; Marcos Martínez Hernández, *Las Islas Canarias: de la Antigüedad al Renacimiento. Nuevos aspectos*, Tenerife, 1996; Serafin Moralejo, “Las Islas del Sol. Sobre el Mapamundi del Beato del Burgo de Osma”, in *A imagem do mundo na Idade Média: Actas de Colóquio Internacional*, ed. de Helder Godinho, Lisboa, 1992, pp. 41-61.

no ocidente fazia parte das representações medievais. Venâncio Fortunato não tem dúvidas em saudar Martinho de Braga como um novo Adão colocado por Deus em novo paraíso, a ocidente.³³ Textos ocidentais como o *De solistionis insula magna* que dois manuscritos de Alcobça atribuem a um desconhecido Trezenzónio³⁴ e que deve remontar tão longe como o século X deixam-nos a mesma perspectiva. Outros prolongamentos se poderão conjecturar quando se aponta para um ilha ocidental onde se teria refugiado o rei Rodrigo e onde continuariam a viver os cristãos fugidos à moirama.³⁵

Divisamos a hipótese de essa mesma tradição estar subjacente a uma forma não comentada até hoje e correspondente também ao nome de Lisboa: *Elissipona*.

Aparece ela no capítulo VIII da *Chronica Gothorum Pseudo-Isidoriana*,³⁶ dentro da chamada *divisio Constantini*, fazendo parte da *quinta metropolis*, de que Mérida é cabeça. O último editor não teve dúvidas em identificar *Elisponia* com Lisboa, tanto mais que tem correspondência em fontes paralelas. Facto é que só o texto da *Chronica* (no seu manuscrito único, hoje em Paris) apresenta essa forma, pois o topónimo aparece nas listas de al-Bakrî, sob a forma *al-Usubuna*,³⁷ enquanto em quatro outras toma a forma latina mais tradicional ou mais próxima do vulgar: *Olisipona* (2), *Lixbona* (2).

Por única, essa forma não está isolada. Sob a variante *Elissipona*, aparecia na entrada para os Mártires de Lisboa, no dia 1 de

³³ Venâncio Fortunato, *Carminum libri*, MGH, Auct. Ant. IV, 101-106 (Barlow, *Martini Bracarenensis Opera omnia*, pp. 294 e ss.): “sicut ad Orientem Eden a principio ita decurso saeculo alterum ad occasum deus plantasset Elysium, in quo fortior Adam, id est Martius Martinus, inexpugnabilis accola, Christi fide ditior uiueret, perpetuo seruante mandato”.

³⁴ Integramos também este texto em *A Navegação de S. Brandão*, cfr. ed. cit.

³⁵ A referência consta da crónica da conquista de Lisboa, escrito pelo cruzado inglês, cfr. ed. cit.

³⁶ Fernando González Muñoz, *La Chronica Gothorum Pseudo-Isidoriana* (ms. Paris BN 6113): *edición crítica, traducción y estudio*, Toxosoutos, Noia, 2000.

³⁷ A sequência na lista (cfr. *ib.*, p. 55) não oferece dúvidas: *Sintara, Santarin, al-Usubuna*. Anote-se que autores houve, nomeadamente Bochart, que pretenderam atribuir ao nome de Lisboa a etimologia do fenício *alis ubbo* que significaria “aprazível golfo de mar”.

Outubro, no Martirológio dito de Floro,³⁸ obra que a crítica considera ter recolhido materiais hispânicos para os acrescentar a um primitivo Martirológio de Beda em tempos finais do século VIII.³⁹ É o que nos documenta também o Martirológio de Usuardo.⁴⁰

Parece ter-se perdido tal elemento. No entanto, se viermos ao *Passionarium Hispanicum*, teremos de admitir que, na comemoração da *Passio Verissimi, Maximae et Iuliae*, para o dia 1 de Outubro, havia na origem essa mesma forma. O percurso, neste caso, é um pouco mais longo. Vamos por partes.

Na última edição desse *Passionarium Hispanicum*, levada a cabo sobre nove manuscritos (na realidade apenas oito, dado que um se encontra repartido por duas bibliotecas), a responsável, ao alargar a base que seguira o primeiro editor,⁴¹ deu entrada à *Passio Verissimi...*, fundada em quatro manuscritos. Há nela um passo que Pilar Risco Cuesta resolve sem hesitações, substituindo a lição menos clara e comum a três dos manuscritos recolhidos, por uma conjectura que vai buscar a Isidoro. Ora, no início do texto em que se assinala o lugar do martírio, lê-se nos manuscritos utilizados: *in Olisiponem ciuitatem qua in Oceani litore ab id esse conditam memorat et retexet antiquitas*. O manuscrito *To* (Toledo, do século XIII), ao servir-se do exemplar de S. Pedro de Cardeña, eliminou o inciso *ab id esse conditam*. A editora no corpo do texto corrige *ab id* por *ab Ulix*. Qualquer leitor (e o crítico sobretudo) tem o direito de considerar que o processo de recuperação textual ficou demasiado simplificado na eliminação. Será efectivamente legítimo perguntar pelo que estará subjacente à lição eliminada, já que deixa traços (estranhos, por certo) na tradição mais antiga (séculos X-XI) e só é objecto de eliminação no manuscrito mais tardio. Na realidade, que poderia significar

³⁸ PL 94, 1059, em anotação: *Elissipona civitate*; cfr. PL 124, 525.

³⁹ R. Aigrain, *L'Hagiographie: ses sources, ses méthodes, son histoire*, Paris, 1953, pp. 56 e ss.

⁴⁰ Seguimos a lição do *Martirológio de Usuardo: Museu Diocesà de Girona*, Moleiro Editor, Barcelona, 1998.

⁴¹ Ángel Fábrega Grau, *Pasionario Hispánico*, Madrid-Barcelona, 1953.

ab id ou que pressupõe essa expressão? Terá razão o editor para corrigir como fez?

Um novo caso se nos apresenta. O exemplar do *Passionarium Hispanicum* que pertenceu ao mosteiro de Lorvão e que, como apontámos, consideramos poder datar de c.1140,⁴² em vez de *ab id* documenta: *ab Idis seu Ulixē*.⁴³ O passo causou estranheza ao nosso copista, mas, diferentemente do que faria mais tarde o *scriptorium* de Toledo, não eliminou o que para ele era menos compreensivo; pelo contrário, acrescentou um esclarecimento, introduzindo uma hipótese complementar, conhecida de outras fontes.

4. Temos assim de tomar em conta que os manuscritos nossos conhecidos ajustaram as lições a formas que se haviam tornado predominantes, se não já normalizadas, para o nome de Lisboa. É o que devemos deduzir quando confrontamos a lição de Floro e de Usuardo com os testemunhos do *Passionarium*. Naqueles, a forma do topónimo era *Elissipona*, no lorvanense é *Olixbona*, é *Olisipona* nos outros. É muito provável que esta última forma represente uma contaminação da primeira com a tradicional *Olisipo*, contaminação que leva à mudança de declinação. Não obstante o ajustamento (com a eliminação de *Elisipona*), manteve-se um elemento como *Id / Idis*, cuja semelhança formal com a forma retida não é clara.

Julgamos que a explicação desse elemento pode passar justamente pela restituição de *Elissipona*. É que uma forma, para ser alternativa, pressupõe uma motivação. Tendo em conta o texto de Estrabão, a associação com *Elýsion* forneceria uma

⁴² A razão fundamental da nossa datação vem da semelhança existente por parte da iluminura com outro manuscrito do Fundo de Santa Cruz de Coimbra, ms 4 (um Homiliário, comumente designado por *Liber commicum*); este manuscrito está datado de 1139.

⁴³ Lisboa, ANTT, CF 16, f. 207: “Passio beatissimorum martirum Verissimi, Maxime et Iulie qui passi sunt Olixbona die kalendas octobris. *Incip.* Quum per uniuersas prouincias ad romanum imperium pertinentes paganorum iussione principum christianitatis persecutio deseiret nec esset omnino in urbe angulus in quo non uere religionis ardorem idolorum cultura niteretur extinguere in Olixbonensem ciuitatem que in oceani littore et Tagi fluminis ripa ab Idis seu Ulixē conditam memorat et retegīt antiquitas, tres Christo nostro martires pagani presulis nefarii tunc persecutio consecrauit”.

explicação, se pudéssemos presumir que o geógrafo grego fosse lido nas escolas do século VIII. De algum lado, certamente, Papias tomou a informação: *Elysi campi [...] secundum philosophos, insulae fortunatae*. Fosse qual fosse a fonte inspiradora a exigir também para Papias, este já do século XI, o certo é que a referência não estava totalmente perdida.

Porém, não é com isso que conseguimos chegar ao processo do texto do *Passionarium*. Efectivamente, a frase exige um agente em plano de igualdade com Ulisses: *in Olixbonensem ciuitatem que in oceani littore et Tagi fluminis ripa ab Idis seu Ulixie conditam memorat et reteggit antiquitas*. Em estilo correspondente ao de Isidoro, o conteúdo pretende basear-se em autoridade consagrada. Para o caso, poderíamos admitir que o hagiógrafo estivesse a reportar-se a alguma lista de cidades que apresentasse o respectivo fundador; no caso, a influência de Isidoro (*Etim.* 15, 1) seria decisiva para preservar o epónimo. Não conseguimos encontrar documentação útil para o efeito. Isso, porém, não impedia que o próprio hagiógrafo tivesse procedido à decomposição da palavra e formado um epónimo que, ao tempo em que se substituiu a forma primitiva do topónimo, se tornou ininteligível e ficou reduzido a formas elementares. *Id / Idis* representaria assim o último estado da forma *Elis*. Esta forma, porém, não condiz com o que correctamente esperaríamos no ablativo exigido pelo contexto gramatical, devendo-se por isso admitir um processo mais largo de fenómenos fonéticos ou gráficos transformados. Para a frase admitiremos assim a restituição em *Elissa*; esta forma teria sofrido haplologia, pela ocorrência da forma *esse (conditam)* que imediatamente se segue. A coexistência de *Elisium* daria ao epónimo alguma motivação e consistência, mas a relação de agente postularia outra correspondência.

Maior consistência nos parece advir do nome de *Elisa*, alternativa para o nome de Dido.⁴⁴ Também ela fundadora de cidade,

⁴⁴ O brilhante estudo de María Rosa Lida de Malkiel, *Dido en la literatura española: su retrato y defensa*, Londres, 1974, leva-nos para tempos mais adiantados. Retenha-se, no entanto, o elenco de traços que a figura de Dido vai adquirindo ao longo dos tempos, desde Timeu

o seu nome poderia salvaguardar associações com uma possível etimologia fenícia para o nome primitivo de Lisboa. Menos ambicioso fora Sílio Itálico, mas permitira-se ele indicar que o escudo de Aníbal está recoberto de ouro do Tejo para dar mais relevo aos motivos que são a fundação de Cartago por Dido, o acolhimento feito a Eneias, o encontro amoroso de ambos, a partida de Eneias e a morte de Dido na pira (II, 406-425). A verdade, porém, é que nada nos garante que alguma leitura da Eneida ou de outro qualquer texto tenha pretendido associar a rainha de Cartago à fundação da cidade mais ocidental.

Não valerá a pena entrar também por outro caminho que nos parece ainda menos verosímil, qual seria o de admitir que o autor tomasse a cidade pela região e ajustasse o epónimo por equivalência. O processo levar-nos-ia a *Lusitania* e com isso ao célebre passo de Plínio (*Historia naturalis* 3, 1, 8) em que o topónimo é explicado a partir de *lusum Liberi patris aut lyssam cum eo bacchantium*.⁴⁵ Ainda que não fôssemos tão longe como mais tarde os humanistas que hão-de promover substantivos comuns a nomes próprios em *Lusus* e *Lyssa*, que criariam novos epónimos, haveria eventualmente a tentação de proceder a um jogo de correspondências: mesmo através de um instrumento como o *Vocabularium* de Papias (que embora do século XI utiliza fontes anteriores), chegaríamos a *Liber* identificado com *Bacchus* e este com *Elius*. Com este esforço não ganharíamos identidade formal. Apesar de tudo, *Elysium* e *Elissa* ficam mais próximos.

5. Enfim, a deformação para *Idis* no caso do testemunho lorvanense ou para *id* nos outros testemunhos coloca-nos perante uma deriva que não conseguimos acompanhar completamente nem documentar,⁴⁶ mas que não devemos escamotear nem preterir.

a Ausónio, passando por Vergílio, Ovídio, Juvenal, Macróbio e escritores eclesiásticos, Tertuliano, Jerónimo.

⁴⁵ A explicação é retomada por Marciano Capela, 6, 628: “Cui [Lusitaniae] nomen fabula a lusu Liberi patris uel cum eo bacchantium sociauit”.

⁴⁶ A hipótese de associação com *Idaeum*, *id est Phrygium ab Ida*, ainda que nos aproximasse de Plínio, *Historia naturalis*, 3, 1, 8: “In uniuersam Hispaniam M. Varro

O périplo que fizemos é certamente arriscado como o das aventuras do herói grego e obscuro o trajecto até ao *sinus olisiponense*. As lições do *Passionarium Hispanicum* obrigaram-nos a percorrê-lo, sem estarmos seguros de o termos recuperado inteiramente e muito menos com total correcção. Como quer que seja, tanto a *Passio Verissimi, Maxime et Iulie* como a *Chronica Gothorum Pseudo-Isidoriana* levaram-nos a reconhecer que a forma do nome de Lisboa teve lições variantes, uma das quais nunca apreciada, *Elissipona*. Não excluimos que por vias laterais se tenha chegado a coincidir com o comentário de Estrabão e a reencontrar razões de um *Elysion* situado a ocidente e representado pelo nome de Lisboa ou, por outra via, se tenha querido associar o topónimo com a rainha Dido, através do seu nome de Elisa.⁴⁷ Não estamos certos de poder explicar as associações feitas durante os tempos que precederam a escrita da *Passio* e nela já convergem. Por último, não afastaremos mesmo a hipótese de outra equivalência, porventura mais antiga, em que *ab Idis seu Ulisse* tivesse para o primeiro elemento uma simplesmente variante gráfica na forma *Udisse*, a qual, na deriva de texto, tivesse chegado eventualmente a confundir-se com o pronome.

A tradição tem a sua deriva; não são líquidos os seus momentos, não parece fácil reconstituí-la nem claro reconhecer as suas razões, mas haverá pelo menos que não lhe perder os últimos lampejos, à espera de novos dados que ajudem a reconstituir a realidade. Lembrados de R. Menéndez Pidal, aceitaremos que por vezes basta um fóssil para remontar à espécie.⁴⁸ Só uma grande dose de talento pode ousar tanto, mas estamos longe de chegar a uma demonstração. Aqui, estamos apenas perante um

peruenisse Hiberos et Persas et Phoenices Celtasque et Poenos tradit”, afigura-se-nos simples exercício que não julgamos poder atribuir ao autor da *Passio Verissimi*.

⁴⁷ O nome aparece três vezes na Eneida. Parece remontar a Timeu: “diz Timeu que em língua fenícia tem o nome de Elisa, que foi irmã de Pigmalião, rei dos tírios, e que fundou Cartago na Líbia...; depois de muito padecer, chegou à Líbia e por causa da sua errância os nativos deram-lhe o nome de *Deidó*”. Cf. María Rosa Lida de Malkiel, *op. cit.*, p. 57.

⁴⁸ Ramón Menéndez Pidal, *La épica medieval española desde los orígenes hasta su disolución en el Romancero*, ed. de Diego Catalán, Madrid, 1992, p. 124.

fragmento e, sem estarmos seguro de que ele representa um ponto estruturante, tentámos divisar o corpo inteiro. Apesar de tudo, *Elissipona* é Lisboa; se não lhe pode ser dado um epónimo, o nome não era certamente vazio, por convencional que fosse, e remonta certamente a momento anterior ao tempo em que terá passado justamente para o *Passionarium Hispanicum*, na festa dos mártires de Lisboa.